

4 Resultados

Neste capítulo apresentamos os resultados das nossas estimações utilizando duas variáveis dependentes: o logaritmo do rendimento do trabalho principal padronizado e o logaritmo do VPCT. Para essas variáveis aplicamos as diferentes metodologias apresentadas anteriormente e comparamos seus resultados.

4.1. Estimações com Logaritmo do Rendimento do Trabalho Principal Padronizado

A seguir são apresentados os resultados das regressões onde utilizamos o logaritmo do rendimento do trabalho principal padronizado como variável dependente. Como já argumentado, essa seria a melhor variável para mensuração do diferencial de rendimento entre os setores público e privado, pois os resultados são robustos à diferença média de jornada de trabalho entre os setores. Também realizamos estimações com o logaritmo do rendimento nominal, que corresponde à remuneração do trabalhador sem corrigir para diferentes jornadas de trabalho. Ao longo do texto também citaremos os resultados das estimações para essa variável.

4.1.1. Diferencial de Rendimentos Padronizado Público-Privado com Controles

O resultado reportado no Modelo Básico na Tabela 6 é uma estimativa do diferencial de rendimentos médio entre os setores público e privado controlado por características observáveis dos trabalhadores. Este resultado serve para atualizar a literatura sobre diferencial de salários público-privado para o ano de 2005. O coeficiente da variável *dummy* para o setor público aponta que os trabalhadores do setor público recebem rendimentos em média 22% maiores que trabalhadores com mesmas características observáveis no setor privado.

A mesma estimação foi realizada utilizando o logaritmo do rendimento nominal como variável dependente. Neste caso o hiato estimado foi de 8%, evidenciando que a maior parte do diferencial do rendimento padronizado é explicada pela diferença de jornada de trabalho entre o setor público e o setor privado.

Os controles utilizados nestas primeiras estimações são recorrentes ao longo de todo o trabalho. Como algumas destas variáveis são diferentes das utilizadas por Foguel *et al.* (2000) e Belluzo *et al.* (2005), fazemos algumas considerações adicionais sobre os controles. Por escolaridade se tratar de uma variável sobre a qual teremos bastante interesse em outras estimações, tivemos o cuidado de permitir sua não-linearidade ao dividi-la em *dummies* associadas a níveis diferentes de escolaridade do indivíduo. A *dummy* não incluída no modelo corresponde aos trabalhadores que não possuem escolaridade formal alguma.

Outra variável que será importante é a experiência do indivíduo no mercado de trabalho. Como não existe esta pergunta específica nos questionários da PNAD, construímos esta medida a partir da diferença das variáveis idade e idade do primeiro emprego para cada indivíduo. É evidente que este procedimento falha ao desconsiderar um eventual período que o trabalhador ficou desocupado desde que entrou no mercado de trabalho¹⁴.

Por fim, foi criada uma variável *dummy* para trabalhadores sem carteira assinada. Uma vez que a proporção de trabalhadores sem carteira no setor privado é bem superior a do setor público, ao incluirmos essa variável evitamos captar em nossas estimativas os efeitos do diferencial de salários entre o setor formal e informal da economia.

A tabela 5 apresenta um sumário das variáveis utilizadas ao longo dessas estimações.

¹⁴ Pode-se apontar que esse erro de medida seja maior no setor privado onde a rotatividade da mão de obra é maior.

Tabela 5 – Descrição das Variáveis

Variável	Descrição
Público	um se trabalha no setor público (estatutário e outros), zero caso contrário
1 a 3	um se possui de 1 a 3 anos de escolaridade, zero caso contrário
4 a 7	um se possui de 4 a 7 anos de escolaridade, zero caso contrário
8 a 10	um se possui de 8 a 10 anos de escolaridade, zero caso contrário
11 a 14	um se possui de 11 a 14 anos de escolaridade, zero caso contrário
15 e 16	um se possui de 15 e 16 anos de escolaridade, zero caso contrário
>=17	um se possui de 17 anos ou mais de escolaridade, zero caso contrário
Exper.	Experiência definida como idade menos idade que começou a trabalhar
Exper. ²	Experiência elevada ao quadrado
Homem	1 se homem, 0 caso contrário
Branco	1 se branco, 0 caso contrário
Tenure	Quantos meses o indivíduo está no mesmo trabalho
Metropolitano	1 se mora em região metropolitana, 0 caso contrário
Informal	0 se tem carteira assinada, 1 caso contrário
NE	1 se mora no Nordeste, 0 caso contrário
SE	1 se mora no Sudeste, 0 caso contrário
SU	1 se mora no Sul, 0 caso contrário
CO	1 se mora no Centro-Oeste, 0 caso contrário

Nos Modelos Básicos - Público e Privado realizamos estimações de equações de rendimentos separadamente para cada setor. Dessa maneira permitimos que os rendimentos respondam a alterações de todas as variáveis (sexo, raça, etc.) de forma diferente no setor público e no setor privado. Comparando os coeficientes das variáveis nos dois setores percebemos que o efeito de todos os níveis de escolaridade, quando comparados a não se educar, sobre os rendimentos é superior no setor privado do que no setor público. E essa diferença é mais expressiva para trabalhadores com ensino superior e pós-graduação (15-16 e 17 anos ou mais de escolaridade).

Já no Modelo Básico – Interações Escolaridade, os coeficientes das interações entre as *dummies* de escolaridade e a variável de setor público representam estimações do diferencial de rendimentos público-privado para cada grupo educacional. Por exemplo, o coeficiente da variável Público*0 indica que os trabalhadores do setor público com nenhuma escolaridade formal ganham em média 32% a mais que os trabalhadores do setor privado sem nenhuma escolaridade, controlando para suas características observáveis. A partir dos coeficientes estimados é possível perceber que o maior hiato de rendimentos é encontrado para os trabalhadores sem escolaridade formal. Nota-se também que os trabalhadores com 17 anos ou mais de escolaridade recebem em média salários maiores no setor privado.

Tabela 6 - Regressões com Rendimento Padronizado

Variável Dependente: Logaritmo do Rendimento Padronizado				
	Modelo Básico	Modelo Básico - Público	Modelo Básico - Privado	Modelo Básico - Interações Escolaridade
PÚBLICO	0.22531 [38,61]**			
1 a 3	0.10348 [8,96]**	0.04561 [1,72]	0.10741 [8,73]**	0.1109 [9,00]**
4 a 7	0.25306 [24,88]**	0.17384 [7,04]**	0.25701 [23,74]**	0.26308 [24,32]**
8 a 10	0.42501 [40,45]**	0.34945 [14,00]**	0.42829 [38,19]**	0.43183 [38,65]**
11 a 14	0.76809 [73,90]**	0.73938 [31,55]**	0.75576 [67,60]**	0.76064 [68,45]**
15 e 16	1.53114 [120,67]**	1.35664 [53,26]**	1.58733 [107,63]**	1.59789 [108,88]**
>=17	2.01283 [90,51]**	1.73681 [49,44]**	2.16726 [74,36]**	2.17718 [74,87]**
Exper.	0.02792 [54,07]**	0.01341 [9,83]**	0.02938 [53,19]**	0.02774 [53,59]**
Exper.^2	-0.00042 [39,87]**	-0.00022 [8,45]**	-0.00044 [38,79]**	-0.00042 [39,54]**
PÚBLICO*0				0.32976 [14,17]**
PÚBLICO*1a3				0.24704 [12,29]**
PÚBLICO*4a7				0.20172 [14,28]**
PÚBLICO*8a10				0.24026 [17,30]**
PÚBLICO*11a14				0.31154 [37,89]**
PÚBLICO*15e16				0.06618 [4,45]**
PÚBLICO*>=17				-0.13473 [3,57]**
Obs.	124543	18743	105800	124543
R²	0.5002	0.52	0.47	0.5021

Nota: Coeficientes foram estimados pelo método de mínimos quadrados ordinário

Estatísticas t entre colchetes, ** Significante a 1% * Significante a 5%

Erros-padrão foram estimados de maneira robusta a heteroscedasticidade

Var. de controle : homem, branco, *tenure* , metropolitano, informal e dummies de região do país

4.1.2.

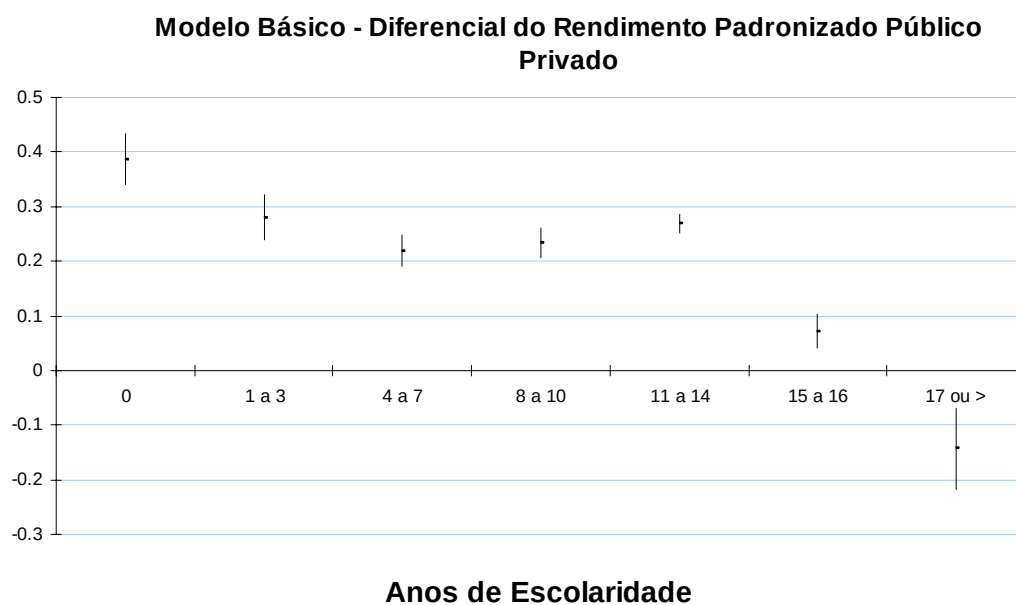
Diferencial de Rendimentos Padronizado Público-Privado por Nível de Escolaridade

Para investigar como se comporta o hiato salarial público-privado dentro de cada grupo de escolaridade, realizamos sete estimações diferentes de equações de rendimentos restringindo a amostra de trabalhadores a cada grupo educacional específico. Por exemplo, para medir o diferencial de remuneração público-privado para trabalhadores com ensino médio estimamos uma equação de salários especificamente para esses indivíduos. O coeficiente estimado da *dummy* setor público desta regressão representa o hiato salarial para trabalhadores com ensino médio. A figura 3 apresenta os coeficientes estimados para cada uma das regressões e seu intervalo de confiança de 95%.

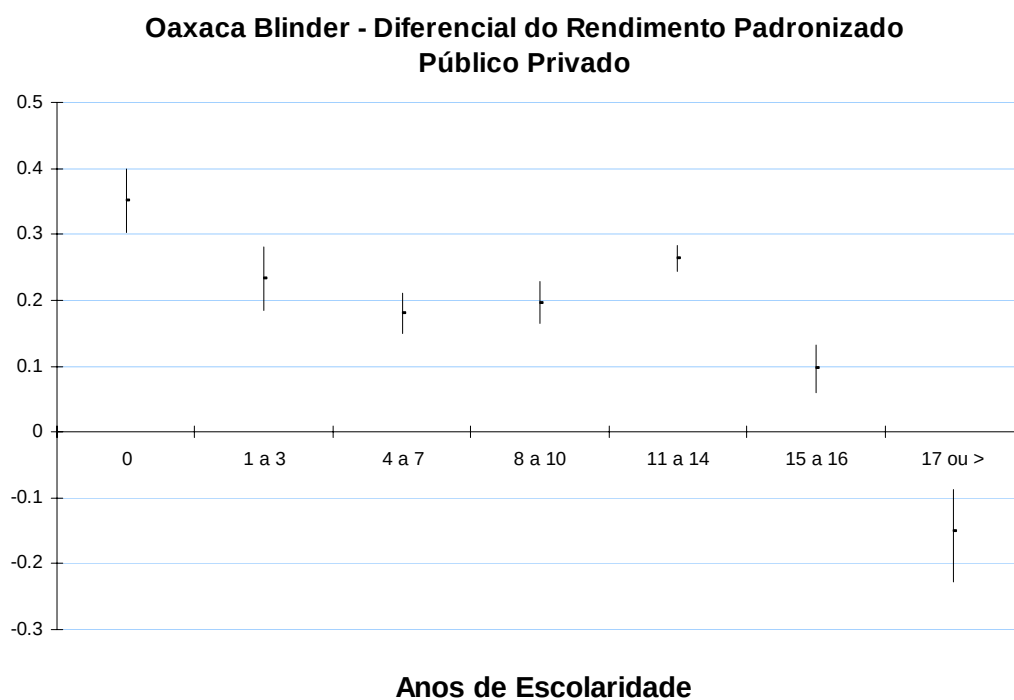
Pela figura podemos perceber que o maior hiato de rendimentos é encontrado para trabalhadores sem nenhuma escolaridade. Para esse grupo específico, o diferencial de remuneração é de cerca de 40% em favor dos trabalhadores do setor público. Esse resultado pode ser interpretado como indício de que esses trabalhadores têm produtividade marginal muito baixa no setor privado, recebendo provavelmente salários inferiores ao salário mínimo. Já no setor público, onde o piso salarial é bem definido, estes trabalhadores recebem rendimentos bem superiores à sua produtividade marginal.

Outra constatação é que para trabalhadores altamente qualificados o diferencial público-privado é significativamente baixo, tornando-se negativo para trabalhadores com pós-graduação (17 anos ou mais de estudo). Como esses trabalhadores possuem produtividade marginal elevada, seus salários no setor privado são substancialmente altos. No entanto, a existência de teto salarial bem definido para servidores públicos impede que este tipo de trabalhador receba remuneração correspondente no setor público.

As mesmas regressões foram feitas tendo como variável dependente o logaritmo do rendimento nominal (sem correção de jornada de trabalho). Os resultados encontrados apontam que para todos os níveis de escolaridade o hiato com rendimento padronizado é maior do que o hiato de rendimento nominal. Portanto em todos os grupos educacionais a jornada de trabalho média é maior no setor privado.

Figura 3

Também realizamos as estimações do diferencial de rendimentos público e privado pelo método Oaxaca-Blinder dentro de cada grupo educacional. Os resultados são apresentados na figura 4, com os intervalos de confiança de 95%. Todos os resultados são bastante semelhantes aos encontrados utilizando o modelo básico.

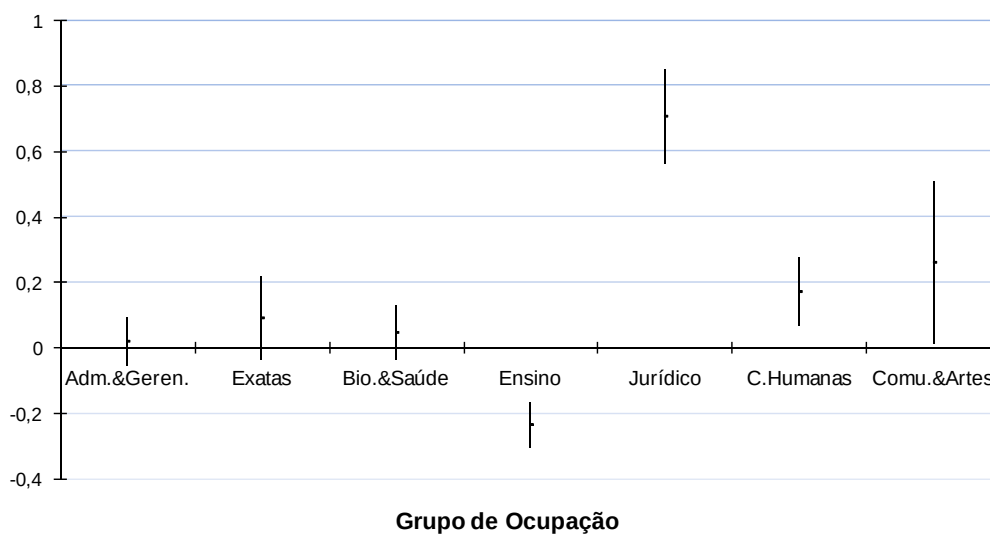
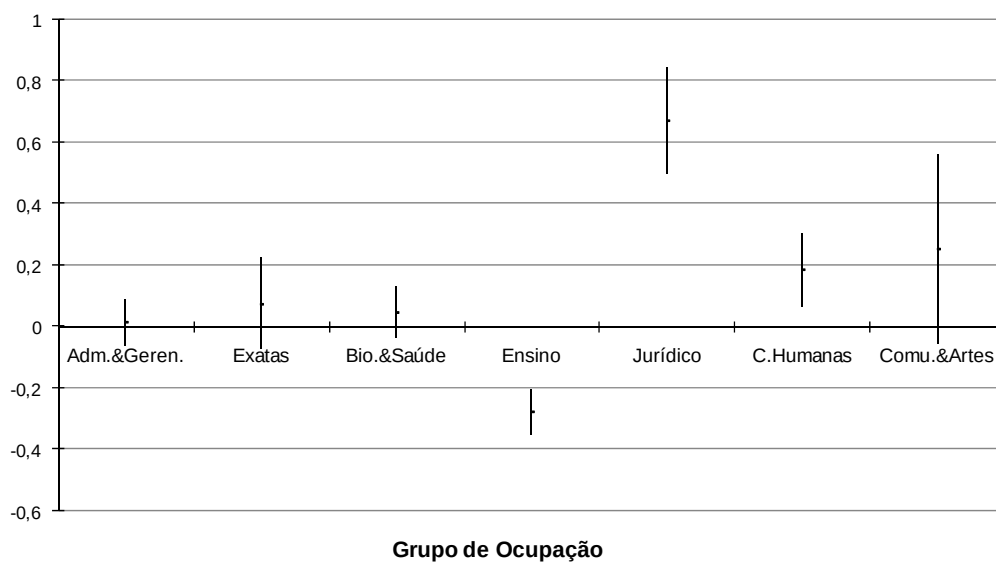
Figura 4

4.1.3. Diferencial de Rendimentos Padronizado Público-Privado e Ocupação

Neste trabalho também realizamos uma análise mais detalhada do diferencial de rendimentos para trabalhadores com mais de 15 anos de estudos. Para esse grupo, percebe-se a existência de uma heterogeneidade no hiato de rendimentos explicada pela escolha ocupacional. A partir dos agrupamentos de ocupação propostos no Anexo I da PNAD, conseguimos dividir os indivíduos de nossa amostra com mais de 15 anos de estudos em oito grupos ocupacionais: administração e gerência; exatas; biociências e saúde; ensino; ciências jurídicas; ciências humanas; comunicação e artes; outros. Os trabalhadores dos sete primeiros grupos exercem ocupações que exigem nível superior e correspondem a 70% de nossa sub-amostra. De forma a medir o hiato de rendimentos por grupamento ocupacional, estimamos uma equação de salários para os sete grupos de trabalhadores. O coeficiente estimado para a *dummy* de setor público corresponde ao diferencial de salários por grupo de ocupação.

A figura 5 apresenta o coeficiente estimado da variável setor público e seu intervalo de confiança de 95%. Podemos perceber que existe uma grande variação do diferencial de rendimentos público-privado avaliado para diferentes ocupações dos trabalhadores com mais de 15 anos de estudo. Claramente os trabalhadores do setor jurídico recebem um prêmio muito elevado por trabalhar no setor público, enquanto os trabalhadores de ensino recebem maiores rendimentos na iniciativa privada. A figura 6 apresenta resultados semelhantes utilizando a metodologia Oaxaca-Blinder.

Uma interpretação para esses resultados é associar o diferencial de rendimentos das ocupações ao poder de barganha que certas classes de trabalhadores do setor público têm em parar a máquina estatal. Possivelmente uma greve de trabalhadores de ocupação jurídica no setor público atinge uma parcela da população que possui grande poder político: classe média e formadores de opinião. Dessa forma, ao negociar sua remuneração, estes trabalhadores utilizam esta condição para exigir maiores remunerações no setor público. Como os grandes prejudicados de greves dos trabalhadores da área de ensino são, em sua maioria, crianças de baixa renda, os trabalhadores deste tipo de ocupação não têm tanto poder de barganha ao negociar reajustes salariais com os governantes, sendo desta maneira inferior sua remuneração quando comparada ao setor privado.

Figura 5**Modelo Básico - Diferencial de Rendimentos Público Privado****Figura 6****Oaxaca Blinder - Diferencial de Rendimentos Público Privado**

4.1.4.

Diferencial de Rendimentos Público-Privado e Interações entre Escolaridade e Experiência

Além de medirmos o hiato de rendimentos público-privado para diversos níveis de escolaridade, também estamos interessados em investigar como este varia com os anos de experiência dos trabalhadores. Estas estimações se justificam porque a produtividade potencial do trabalhador não depende apenas de seu grau de escolaridade formal, mas também do período que este vem desempenhando seu ofício.

O experimento ideal para estimar como o hiato salarial público-privado varia ao longo da carreira dos trabalhadores seria acompanhá-los ao longo do seu ciclo de vida. Como nossa base é do tipo *cross section*, nos restringiremos a estimar o diferencial para trabalhadores com níveis diferentes de experiência no mesmo período no tempo.

A tabela 7 apresenta resultados das estimações do hiato de rendimentos para diferentes combinações de escolaridade e experiência. Podemos observar uma tendência geral de diminuição do diferencial de rendimentos entre trabalhadores do setor público e privado à medida que os trabalhadores se tornam mais experientes para todos os níveis de escolaridade.

É também interessante notar que trabalhadores com 15 e 16 anos de estudo com pouca experiência tendem a ganhar em média rendimentos 25% maiores no setor público. No entanto, à medida que rendimentos torna-se insignificante. Já para os trabalhadores rendimentos em favor do setor privado é substancialmente alto.

Tabela 7 - Modelo de Interações entre Escolaridade e Experiência

Escolaridade	Diferencial de Rendimento Público Privado				
	Experiência				
	0 a 8	9 a 17	18 a 26	27 a 35	>=36
0	0,52308 [5.01]**	0,48162 [5.01]**	0,26233 [4.02]**	0,37792 [7.81]**	0,36007 [11.61]**
1 a 3	0,3843 [3.07]**	0,37113 [5.54]**	0,25949 [5.09]**	0,22435 [5.67]**	0,25418 [8.83]**
4 a 7	0,38261 [6.81]**	0,22254 [6.51]**	0,19782 [7.88]**	0,16446 [5.85]**	0,21419 [8.14]**
8 a 10	0,40377 [13.23]**	0,21867 [7.63]**	0,1843 [6.23]**	0,2057 [6.98]**	0,21346 [5.93]**
11 a 14	0,4372 [25.47]**	0,35613 [23.06]**	0,28853 [17.80]**	0,19071 [9.63]**	0,18283 [6.23]**
15 a 16	0,26032 [6.72]**	0,15753 [5.40]**	0,00381 [0.14]	0,01329 [0.40]	-0,02289 [0.51]
>=17	0,00994 [0.10]	-0,0644 [0.84]	-0,18459 [2.73]**	-0,21524 [2.60]**	-0,19652 [1.78]

Estatísticas t entre colchetes

** Significante a 1% * Significante a 5%

4.2.

Variáveis Instrumentais

Conforme discutido na seção de metodologia, também realizaremos uma estimação do diferencial de rendimentos pela metodologia de variáveis instrumentais para uma sub-amostra de nossa base de dados. Esta sub-amostra é constituída de filhos ocupados que vivem na mesma família de uma pessoa de referência também ocupada. A variável de setor público da pessoa de referência será utilizada como instrumento para a variável de setor público do filho.

A tabela 8 apresenta os resultados das estimações para essa sub-amostra. Na equação (1) realizamos a estimação do hiato de rendimentos entre o setor público e privado pelo método de mínimos quadrados ordinários. Essa estimativa é dada pelo coeficiente estimado da variável PÚBLICO. Podemos apontar que o diferencial estimado para os filhos é de 33%, portanto maior do que o estimado para toda a população pelo mesmo método (22% no modelo básico da tabela 5).

A equação (2) apresenta a estimação dos mesmos coeficientes, mas realizada pelo método de variáveis instrumentais. Como podemos perceber quando consideramos a endogeneidade da variável setor público, o hiato de rendimentos tende a ser muito maior (47%). Podemos perceber também que os coeficientes das demais variáveis não se alteram significativamente. Esse resultado é uma evidência de que as estimações do hiato de rendimentos para

toda a população tende a ser subestimado pela endogeneidade da variável de setor público.

Adicionalmente também reportamos na equação (3) o primeiro estágio da estimação por variável instrumental. A variável PÚBLICO Ref. é a *dummy* que identifica se a pessoa de referência da família do filho trabalha no setor público. Como podemos perceber pela significância do coeficiente estimado desta variável nosso instrumento é aparentemente forte, sendo então consistentes nossas estimações do hiato de rendimentos entre o setor público e privado por variáveis instrumentais.

Tabela 8 - Modelo com Variáveis Instrumentais

Var. Dependente:	(1) MQO	(2) Variáveis Instrumentais	(3) Primeiro Estágio	
	Ln. Rendimento Padronizado	Ln. Rendimento Padronizado	Público	
PÚBLICO	0.33824 [19.15]**	0.47464 [3.79]**	PÚBLICO Ref.	0.11001 [11.75]**
1 a 3	0.08084 [1.24]	0.08373 [1.29]	1 a 3	-0.02448 [0.97]
4 a 7	0.15856 [2.72]**	0.1597 [2.75]**	4 a 7	-0.00885 [0.38]
8 a 10	0.29875 [5.20]**	0.29551 [5.16]**	8 a 10	0.01991 [0.87]
11 a 14	0.60102 [10.47]**	0.58863 [10.07]**	11 a 14	0.08079 [3.49]**
15 e 16	1.29946 [21.18]**	1.26895 [18.78]**	15 e 16	0.20639 [7.75]**
>=17	1.54298 [16.83]**	1.49643 [14.56]**	>=17	0.32781 [6.45]**
Exper.	0.01602 [7.63]**	0.01637 [7.65]**	Exper.	-0.00225 [2.00]*
Exper.^2	-0.00038 [4.59]**	-0.0004 [4.66]**	Exper.^2	0.00014 [3.18]**
Observações	14001	14001	Observações	14001
R²	0.44	0.44	R²	0.09

Estatísticas t entre colchetes, ** Significante a 1% * Significante a 5%

Erros-padrão foram estimados de maneira robusta a heteroscedasticidade

Var. de controle: homem, branco, *tenure*, metropolitano, informal e dummies de região do país

Somente filhos com pessoa de referência, ambos empregados

4.3.

Estimações com o Valor Presente do Contrato de Trabalho

A seguir são apresentadas as estimações do diferencial de rendimentos entre o setor público e o setor privado utilizando como variável de interesse o Valor Presente do Contrato de Trabalho. Conforme já foi salientado, essa variável tenta mensurar os rendimentos dos trabalhadores ao longo da vida e trazê-los a valor presente. Como na construção dos regimes previdenciários não foram consideradas as especificidades das regras para determinadas ocupações¹⁵, não apresentaremos os resultados do diferencial público-privado desagregados por grupos de ocupação.

4.3.1.

Estatísticas Descritivas

A tabela 9 apresenta algumas estatísticas descritivas do VPCT para os setores público e privado. Uma evidência importante encontrada foi que as medidas de desigualdade estimadas para o VPCT são menores do que as estimadas para rendimento padronizado no setor privado. Essa constatação será reforçada por outras estimações desta seção. Conforme será enfatizado posteriormente, a construção do regime previdenciário brasileiro torna o rendimento ao longo da vida dos trabalhadores do setor privado menos desigual. Isso ocorre porque trabalhadores que não contribuem à previdência podem receber o BPC aos 65 anos de idade e existe um teto para benefícios do RGPS.

Tabela 9 - Estatísticas do VPCT por Setor

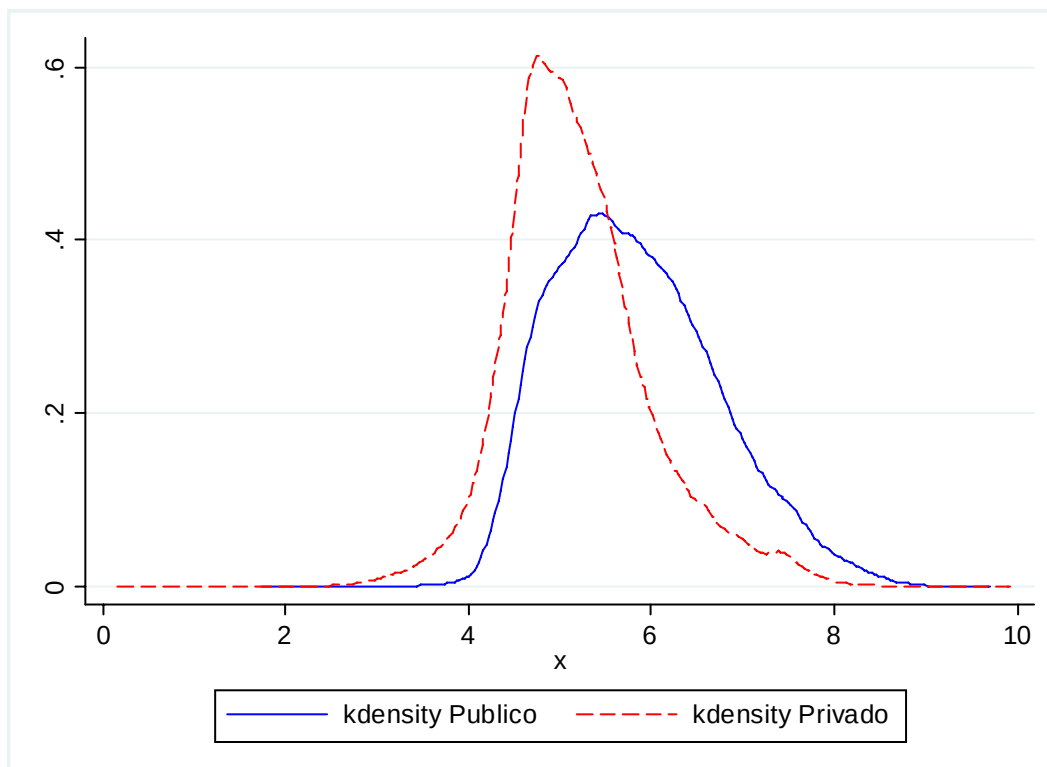
	Público	Privado
Média	504,56	277,59
Desvio Padrão	642,00	379,74
D. Padrão / Média	1,27	1,37

Também apresentamos na Figura 7 o histograma estimado do Valor Presente do Contrato de Trabalho. Pode-se perceber que ao contrário do histograma utilizando o logaritmo do rendimento padronizado, a distribuição do

¹⁵ Por exemplo, existe um regime de aposentadoria específico para professores.

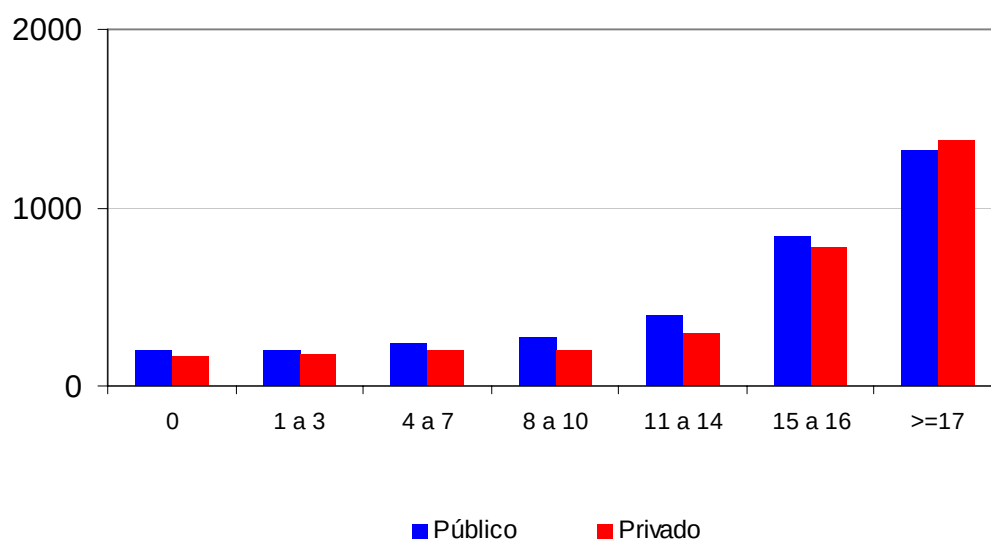
VPCT no setor público e do setor privado alcança limites superiores praticamente idênticos. Uma possível explicação para essa estimativa é que a paridade entre os rendimentos dos funcionários públicos estatutários na ativa e inativa permite que trabalhadores de maior nível de capital humano alcancem rendimentos ao longo da vida semelhantes aos encontrados no setor privado. Já os trabalhadores do RGPS não usufruem desse benefício.

Figura 7 - Histograma do Logaritmo do VPCT por Setor



A figura 8 apresenta as médias do VPCT por grupo de escolaridade para o setor público e para o setor privado. Percebe-se que diferentemente do que foi encontrado para as médias do rendimento do salarial padronizado, somente para trabalhadores com 17 anos ou mais de escolaridade a média do VPCT é maior no setor privado, e a diferença não é substancial. Essa estatística é um indício de que ao considerarmos o rendimento dos trabalhadores ao longo da vida mesmo para trabalhadores com elevados níveis de escolaridade exista um prêmio para trabalhadores do setor público.

Figura 8
VPCT Médio



4.3.2. Diferencial do VPCT com Controles

Na tabela 10 apresentamos os resultados de algumas estimações utilizando o logaritmo do VPCT como variável dependente. A partir do Modelo Básico, podemos constatar que o diferencial de rendimentos ao longo da vida (coeficiente estimado da variável PÚBLICO) é praticamente idêntico ao diferencial de rendimentos padronizado. Também observamos que os sinais e significância das demais variáveis são consistentes com os encontrados nas estimações de rendimentos padronizados.

Inicialmente o resultado de que os diferenciais médios de rendimentos ao longo da vida e padronizado são semelhantes não são intuitivos, uma vez que claramente as regras que regem os benefícios do RPPS são mais generosas aos trabalhadores do setor público estatutários. A explicação enfatizada nesse trabalho é de que se por um lado a Previdência Social brasileira penaliza trabalhadores com alto capital humano do setor privado com benefícios de aposentadoria nunca superiores a 8,9 salários mínimos e sem paridade com os rendimentos da ativa, por outro lado, através de benefícios como o BPC, a Previdência Social brasileira beneficia trabalhadores do setor privado com pouco capital humano que não contribuem para previdência. O resultado encontrado

como o diferencial médio do VPCT é a simples conjunção desses dois fatores que agem em direções opostas.

Nas estimações do Modelo Básico Público e Privado fazemos duas regressões separadas utilizando o logaritmo do VPCT como variável dependente. Para essas estimações podemos observar que diferentemente do encontrado para o rendimento padronizado, os retornos à escolaridade do setor público são muito próximos aos retornos do setor privado. Também percebemos que os ganhos de escolaridade são menores em ambos os setores, o que possivelmente está associado ao caráter redistributivo que a Previdência Social assume nos dias de hoje no Brasil.

Por fim, o Modelo Básico – Interações Escolaridade apresenta, através dos coeficientes estimados das interações das *dummies* de escolaridade com a *dummy* de setor público, os diferenciais do VPCT para cada grupo de escolaridade. Percebe-se que diferentemente do encontrado para o diferencial dos rendimentos padronizado, os resultados sugerem que não existe uma relação monotônica negativa entre escolaridade e o diferencial de rendimento dos trabalhadores ao longo do ciclo de vida. E para todos os níveis de escolaridade encontramos algum tipo de prêmio por se trabalhar no setor público, inclusive para os níveis mais elevados de escolaridade.

Tabela 10 – Regressões com VPCT

Variável Dependente: Logaritmo do Valor Presente do Contrato de Trabalho				
	Modelo Básico	Modelo Básico - Público	Modelo Básico - Privado	Modelo Básico - Interações Escolaridade
PÚBLICO	0.22358 [38,72]**			
1 a 3	0.03768 [4,09]**	0.02774 [0,97]	0.0353 [3,68]**	0.035 [3,63]**
4 a 7	0.14563 [17,99]**	0.14484 [5,39]**	0.14339 [17,03]**	0.14063 [16,69]**
8 a 10	0.2899 [33,79]**	0.3203 [11,81]**	0.28732 [32,02]**	0.27975 [31,30]**
11 a 14	0.61871 [72,98]**	0.70559 [27,68]**	0.60153 [67,21]**	0.59067 [66,46]**
15 e 16	1.36844 [123,79]**	1.34719 [48,96]**	1.38677 [107,87]**	1.3771 [107,75]**
>=17	1.85545 [90,14]**	1.74428 [47,46]**	1.9513 [72,21]**	1.93945 [71,99]**
Exper.	0.01504 [35,22]**	0.00137 [0,99]	0.0161 [36,00]**	0.01473 [34,46]**
Exper.^2	-0.00004 [4,49]**	0.00007 [2,77]**	-0.00004 [4,26]**	-0.00003 [3,71]**
PÚBLICO*0				0.0897 [3,78]**
PÚBLICO*1a3				0.10046 [5,11]**
PÚBLICO*4a7				0.11892 [8,35]**
PÚBLICO*8a10				0.20467 [14,37]**
PÚBLICO*11a14				0.31577 [38,17]**
PÚBLICO*15e16				0.16967 [11,50]**
PÚBLICO*>=17				0.00376 [0,10]
Obs.	124543	18743	105800	124543
R²	0.5194	0.53	0.49	0.5208

Nota: Coeficientes foram estimados pelo método de mínimos quadrados ordinário

Estatísticas t entre colchetes, ** Significante a 1% * Significante a 5%

Erros-padrão foram estimados de maneira robusta a heteroscedasticidade

Var. de controle : homem, branco, *tenure* , metropolitano, informal e dummies de região do país

As figuras 9 e 10 apresentam as estimações, com o intervalo de confiança de 95%, do hiato público-privado do VPCT dentro de cada grupo de escolaridade utilizando a metodologia do Modelo Básico e Oaxaca-Blinder, respectivamente. Em ambos os modelos estimamos que o diferencial do VPCT não varia entre os grupos na mesma ordem de grandeza do que foi observado nas estimações com rendimento padronizado.

Enquanto nas regressões com rendimento padronizado foi encontrada uma relação quase monotônica negativa entre escolaridade e o prêmio salarial de se trabalhar no setor público, para as regressões utilizando o VPCT percebemos que o prêmio para o grupo de trabalhadores sem escolaridade não é superior aos dos demais grupos. Também observamos que para todos os níveis de escolaridade existe um prêmio positivo de se trabalhar no setor público, embora não seja significativo para trabalhadores com mais de 17 anos de escolaridade.

Uma explicação para o prêmio de se trabalhar no setor público ser menor para indivíduos com baixa escolaridade quando consideramos o rendimento ao longo da vida é a existência do BPC. A maioria dos trabalhadores com reduzido capital humano do setor privado não contribui para a Previdência Social e como têm rendimentos inferiores ao salário mínimo, recebem uma elevação da renda após se aposentar. Já os trabalhadores do setor público contribuem com 11% da sua remuneração para a Previdência e não possuem acréscimos de rendimentos ao se aposentar.

Já a elevação para o prêmio de se trabalhar no setor público para indivíduos com alta escolaridade quando consideramos o rendimento ao longo da vida pode ser explicada pela existência de teto de 8,89 salários mínimos para os benefícios do RGPS. Como a maioria dos trabalhadores do setor privado recebe salários superiores a esse teto, ao se aposentar estes indivíduos se deparam com uma redução dos seus rendimentos. Já como existe o princípio de integralidade no regime RPPS, os funcionários públicos com elevado capital humano não sofrem com essa restrição ao se aposentar.

Figura 9

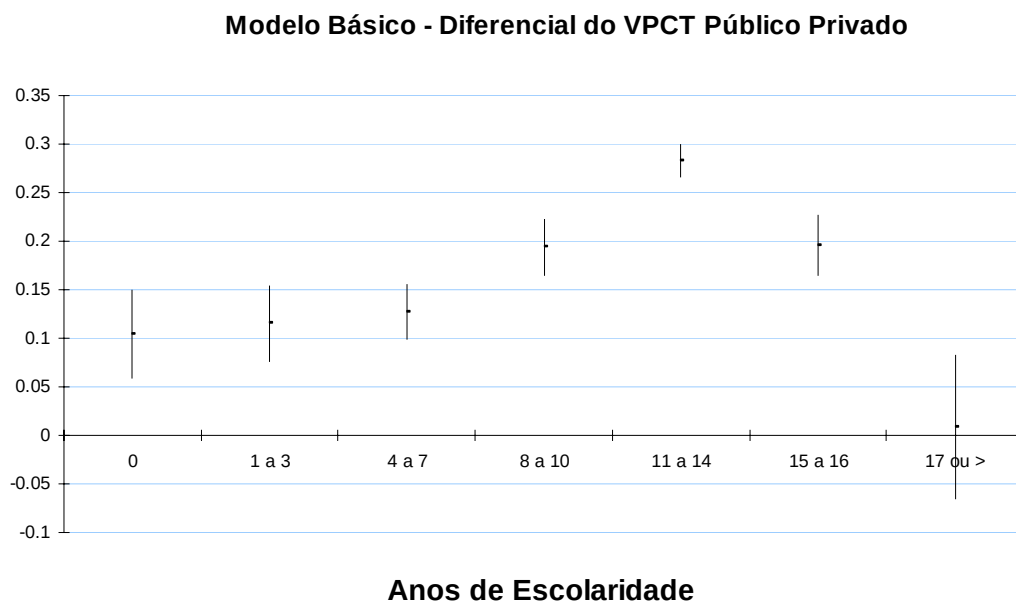


Figura 10

